



QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL E SEUS DESDOBRAMENTOS PÓS-GOLPE DE 2016ⁱ

Sedeval Nardoque

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Danilo Souza Melo

Universidade Federal de Goiás

Mieceslau Kudlavicz

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

A questão agrária em Mato Grosso do Sul, historicamente marcada pelo latifúndio e luta dos movimentos socioterritoriais, ganhou novos elementos com o Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista de 2016, com desdobramentos diretos na agricultura familiar camponesa. Este trabalho objetiva apontar as características elementares da questão agrária em Mato Grosso do Sul, sobretudo sua forte concentração fundiária, a posse e o uso da terra e a ineficácia da política de Reforma Agrária nos governos Lula e Dilma, mas agravada no pós-Golpe de 2016 que alçou ao poder Michel Temer. Nesta análise, utilizou-se um conjunto de referências bibliográficas a respeito da questão agrária brasileira e em Mato Grosso do Sul, somadas a dados secundários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), sistematizados em gráficos, tabelas e mapas. Este trabalho contou ainda com informações coletadas durante trabalho de campo realizado pelos autores durante o mês de novembro de 2017 em Mato Grosso do Sul. De modo geral, este trabalho permitiu a análise da questão agrária em MS durante os governos Lula e Dilma e seu acirramento pós golpe.

Palavras-chave: Questão Agrária. Mato Grosso do Sul. Agricultura Familiar Camponesa. Políticas Públicas.

LA CUESTIÓN AGRARIA EN EL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Y SU EVOLUCIÓN TRAS EL GOLPE DE ESTADO DE 2016

Abstract

La cuestión agraria en el estado de Mato Grosso do Sul, históricamente marcada por los latifundistas y la lucha de los movimientos socioterritoriales, obtuvo nuevos elementos con el golpe político-jurídico-media-Ruralista en 2016, con repercusiones directas en agricultura familiar campesina. Este trabajo pretende

señalar las características básicas de la cuestión agraria en el estado de Mato Grosso do Sul, especialmente su fuerte concentración de la propiedad de la tierra, tenencia y uso de la tierra y la ineficacia de la política de reforma agraria en el gobierno de Lula y Dilma, pero empeoró en el período posterior al golpe de estado de 2016, que tomó el poder, Michel Temer. En este análisis, hemos utilizado un conjunto de referências bibliográficas sobre la cuestión agraria en Brasil y en el estado de Mato Grosso do Sul, añadido a los datos secundarios del Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) y Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) y Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), sistematizados en cuadros, gráficos y mapas. Este trabajo estaba todavía con la información recogida durante el trabajo de campo realizado por los autores durante el mes de noviembre de 2017, en el estado de Mato Grosso do Sul. En general, este trabajo ha permitido para el análisis de la cuestión agraria en MS durante los gobiernos Lula y Dilma y su empeoramiento después del golpe de Estado.

Palabras-clave: Cuestión Agraria. Mato Grosso do Sul. Agricultura Familiar Campesina. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de ações e de reflexões decorrentes das atuações de seus autores no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS (Nedet/Bolsão)ⁱⁱ e no Projeto Dataluta/MSⁱⁱⁱ, vinculados ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas. Por estes projetos viabilizaram-se estudos referentes à questão agrária e às políticas de desenvolvimento territorial implantadas nos últimos anos em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos.

Objetiva-se com o artigo apontar as características elementares da questão agrária em Mato Grosso do Sul, sobretudo sua forte concentração fundiária, a posse e o uso da terra e a ineficácia da política de Reforma Agrária nos governos Lula e Dilma, mas agravada no pós- Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista de 2016 que alçou ao poder Michel Temer. Também, analisam-se as desarticulações e os cortes em algumas políticas de desenvolvimento territorial, sobretudo no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e sua principal linha de financiamento, o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) no Governo Temer. Além disso, objetiva-se compreender, na esteira dos cortes implantados no pós-golpe, a diminuição dos recursos de uma das principais ações públicas para fortalecimento da agricultura familiar camponesa e de distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade, o Programa de Aquisição de Alimentos. Por fim, analisa-se a possível retomada da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, sobremaneira pelo aumento do número de acampamentos e de pessoas acampadas reivindicando Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul.

Elementos da questão agrária em Mato Grosso do Sul

A questão agrária em Mato Grosso do Sul assenta-se na forte concentração da propriedade fundiária, no uso da terra destinada à criação de bovinos em pecuária extensiva e na produção agrícola para exportação de commodities (açúcar, soja e celulose), além de forte absenteísmo em várias regiões do estado.

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), há forte concentração de terras no estado, conforme se verifica na tabela 1. Os imóveis na classe de área de até 200 hectares, as pequenas propriedades, correspondiam a mais de 69% do total, mas ocupavam pouco mais de 7% da área total ocupada, em 2014, por todos os imóveis rurais. Por outro lado, os da classe de área acima de 1.000 hectares, com pouco mais de 9% do total, ocupavam mais de 69% da área, demonstrando a clara concentração fundiária, resultante do processo histórico de apropriação capitalista da terra por meio da aliança capitalistas-latifundiários-Estado. (NARDOQUE, 2016a, 2016b e 2017).

Tabela 1 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2014

Classe área total (ha)	Nº imóveis	%	Área total (ha)	%
0 a menos 200	65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500	12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%
500 a menos de 1.000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA/SNCR – 2014. Publicado em Nardoque (2017).

Além da concentração fundiária, em Mato Grosso do Sul, a territorialização do capital no campo (OLIVEIRA, 2007), por meio da atuação de grandes empresas ligadas à produção de soja, cana, carnes e eucalipto, encontrou elementos importantes para sua consolidação, como a atuação do Estado na dotação de infraestrutura (viária, energética, etc.) e a expansão do crédito agrícola direcionado para esse setor, nas últimas décadas, sobretudo nos governos FHC, Lula e Dilma. (NARDOQUE, 2017).

O crédito rural é um dos elementos que incrementa a ação do grande capital no campo em Mato Grosso do Sul, aliando-se aos latifundiários. Em 2002, no estado, foram destinados, nesta modalidade de crédito, pouco mais de R\$ 972,6 milhões (Novecentos e setenta e dois milhões e seiscentos mil reais). Ao final do Governo Lula, os recursos para esta finalidade chegaram a mais de R\$ 3,4 bilhões (Três bilhões de reais). O aumento de recursos destinados ao crédito rural significou o alinhamento dos governos FHC e Lula à expansão geográfica do capital (HARVEY, 2005; NARDOQUE, 2017), resultante das ações de capitais mundiais e nacionais em aliança com latifundiários em Mato Grosso do Sul, alinhados com o Estado.

A concentração espacial dos cultivos de soja e de cana ocorre no Centro-Sul do estado, justamente onde o crédito rural é amplamente disponibilizado, contribuindo para a expansão da área plantada entre 2002 e 2010, anos finais dos

governos FHC e Lula, respectivamente, demonstrando a importância da atuação do Estado brasileiro e seu alinhamento com as grandes empresas e latifundiários, colaborando, sobremaneira, na territorialização dos monopólios do agronegócio, como já apontado por Nardoque (2017).

O crédito rural foi um dos principais fomentos ao agronegócio no Brasil, pois o específico para esta modalidade saltou de R\$ 22,4 bilhões (Vinte e dois bilhões e quatrocentos milhões de reais), em 2002, para R\$ 82 bilhões (Oitenta e dois bilhões e quatrocentos milhões de reais), em 2010, no final do segundo mandato de Lula. A mesma lógica permeou o Governo Dilma Rousseff, pois para o Plano Safra 2015/2016, foram de R\$ 187,7 bilhões (Cento e oitenta e sete bilhões e setecentos milhões de reais), disponibilizados para a agropecuária empresarial (último ano deste Governo), e para 2017/2018, o último do Governo Temer, foram R\$ 200,25 bilhões (Duzentos bilhões e 25 milhões de reais), segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)^{iv}.

A liberação de créditos para a agricultura empresarial fomentou a expansão dos cultivos ligados ao mercado de commodities em Mato Grosso do Sul nos últimos anos. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), para o ano de 2002, havia área de 112.100 hectares de cana plantada em Mato Grosso do Sul, mas expandindo-se para 152.747 hectares, em 2006, e totalizando 399.408 hectares, em 2010, mas chegou a 878.337 hectares, na safra 2017/2018^v. No Centro-Sul do estado localiza-se a maioria das 24 empresas do setor sucroalcooleiro, implantadas nos governos de FHC, mas, sobremaneira, no Governo Lula, de acordo com Nardoque (2017).

Não por acaso, segundo Nardoque (2017), nestes municípios instalaram-se grandes empresas, como a Biosev, da fusão da LDC Bioenergia, do grupo Louis Dreyfus Commodities, com a Santelisa Vale, com duas unidades (Passa Tempo e Rio Brilhante), no município de Rio Brilhante, além da Unidade Eldorado, da Odebrecht Agroindustrial; no município de Maracaju, a Unidade Vista Alegre, do grupo Tonon Bioenergia e a Unidade Maracaju, da Biosev; em Nova Alvorada do Sul, a Unidade Santa Luzia, do grupo Odebrecht Agroindustrial; a Alcoovale S/A, em Aparecida do Taboado, do grupo Unialco S.A.. Assim, “[...] ao mesmo tempo em que mostra o avanço atual do capital estrangeiro, abre espaço para que as elites (nacionais) do setor justifiquem suas mundializações, que consolida a aliança de classe burguesa no plano mundial” (OLIVEIRA, 2017, p.139).

No mesmo sentido, em 2010, a área plantada de soja, em Mato Grosso do Sul, passou para 1.732.297 hectares, aumento de quase 45% em relação ao ano de 2002 (1.195.744 ha). Em 2016, a área expandiu para 2.448.330 hectares. É evidente que a ampliação de crédito para o setor, no Governo Lula, além da atuação de grandes empresas do setor (Bunge, Cargill, Caramuru, ADM, entre outras) contribuiu para a continuidade das políticas implementadas no decorrer dos anos do Governo FHC. De acordo com Nardoque (2017), diferentemente das companhias do setor sucroalcooleiro, as grandes deste setor atuam na monopolização do território (OLIVEIRA, 2007), como as quatro principais empresas mundiais denominadas de grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus), em Mato Grosso do Sul. Esta atuação resulta na comercialização e no processamento industrial, mas sem produzir no campo, e sim por meio da

apropriação dos grãos na circulação proveniente da transação da produção realizada por agricultores familiares camponeses e por latifundiários e capitalistas. Desta maneira, as grandes empresas atuam na negociação, inclusive futura, nas bolsas de mercadorias espalhadas pelo mundo, gerando o processo denominado de controle monopolístico do território, estreitando a aliança entre proprietários fundiários e capitalistas brasileiros às empresas mundiais (OLIVEIRA, 2017).

Nos últimos anos do Governo Lula, além dos incentivos e dos créditos para os setores ligados à soja e à cana, houve forte ação no complexo eucalipto-celulose-papel (ALMEIDA, 2014), e, obviamente, nos plantios de eucalipto, sobretudo no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Nardoque (2017), com base nos dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (IBGE, 2015), a área plantada com eucalipto, em 2015, era de 921.404 hectares, com forte concentração na região Leste, destacando-se os municípios de Três Lagoas (217.600ha), Ribas do Rio Pardo (196.000ha), Água Clara (120.000ha), Selvíria (74.350ha) e Brasilândia (60.000ha). Estes municípios estão na área de influência de duas empresas instaladas no município de Três Lagoas, a Fibria S.A. e a Eldorado Brasil, a primeira inaugurada, em 2009, e a segunda, em 2012, com significativa participação do Estado no estímulo às fusões, nos empréstimos via BNDES e participação acionária pelo BNDES Participações S.A. (BNDESpar).

No Leste de Mato Grosso do Sul, as ações das companhias do complexo eucalipto-celulose-papel encontraram condições favoráveis, nos últimos anos, pela gênese da apropriação capitalista da terra, nomeadamente pela configuração territorial baseada no tripé formado pelo latifúndio, pela pecuária extensiva e pelo absenteísmo, especialmente no município de Três Lagoas (NARDOQUE, 2016a, 2016b e 2017).

Os latifundiários, em sua maioria, não residem nos municípios daquela região, mas nos estados de São Paulo e Paraná, e o uso da terra, ao longo de décadas, deu-se pela pecuária bovina extensiva. Portanto, esta região tornou-se o território do latifúndio, com baixa densidade demográfica, com reduzida população residente no campo (em torno de 17%) e pequenas cidades (com menos de 20 mil habitantes), com comércio e serviços de baixa complexidade, pois parte significativa do consumo produtivo do campo realiza-se em outras localidades de outros estados. Em Três Lagoas, 81% dos proprietários de terras não residem no município^{vi}, sendo 67,75% em outros estados, como São Paulo, ensejando, portanto, o forte absenteísmo. Desta forma, configura-se a pouca relação dos proprietários com as cidades e a terra, representada como negócio rentista, assim, pouco importando se seu uso é para pecuária extensiva (atividade tradicional), reserva de valor ou para plantio de eucalipto, via contratos de arrendamento para empresas, como Eldorado Brasil e Fibria. Privilegiam-se as atividades econômicas que proporcionam renda mais elevada. (NARDOQUE, 2016a, 2016b e 2017). Em Anaurilândia, outro município da Mesorregião Leste, mas fora da área de atuação das empresas de celulose, predominantemente pecuário, há significativo absenteísmo, pois 70,4% dos proprietários fundiários residem em outros estados e 4,3% em outros municípios de Mato Grosso do Sul. No extremo Oeste, o município de Corumbá, na Mesorregião Pantaneais Sul-Mato-Grossense, com predomínio da pecuária extensiva, o absenteísmo chega a

53,42%, com proprietários fundiários residentes em outros municípios (30% residem na capital) e em outros estados (15,67%).

De acordo com Nardoque (2017), o complexo eucalipto-celulose-papel tornou-se fortemente oligopolizado com as fusões de empresas e participação de órgãos do Estado brasileiro no decorrer do Governo Lula. Foi o caso do Grupo Votorantin, vinculado à família Ermírio de Moraes, que “[...] comprou as ações do grupo de origem norueguesa e de outros grupos nacionais na Aracruz Celulose, depois da venda de 49,99% das ações do Banco Votorantin para o Banco do Brasil” (OLIVEIRA, 2017, p.216). Assim, além da interferência direta do Banco do Brasil, majoritariamente estatal, houve a participação do BNDES Participações S.A. (BNDESPar), detentor de 29,16% das ações, para fundir-se com a Aracruz, formando-se a Fibria Celulose S.A. (KUDLAVICZ, 2011). Neste caso, assim como no sucroalcooleiro, este setor tem capitalistas brasileiros com participação acionária em grupos mundiais, como é o caso do Grupo Votorantin na Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co., Ltd.(JBP), na Stora Enso, na International Paper (com trocas de ativos na unidade de Três Lagoas, em 2006) e na Weyerhaeuser Company, atuando em vários países, como Estados Unidos, Hungria, Áustria, Canadá, Holanda, somente no setor de celulose (OLIVEIRA, 2017). Em março de 2018, houve a fusão da Fibria com a Suzano Papel e Celulose, tornando-a uma líder mundial no setor^{vii}, sob chancela do BNDES.

Ainda no final do Governo Lula, outro grupo brasileiro entrou no complexo eucalipto-celulose-papel, a J&F Investimento, pertencente ao JBS, do setor de carnes. A sua unidade foi instalada no município de Três Lagoas e inaugurada em 2012, já no Governo Dilma Rousseff. Para viabilização do negócio, houve forte presença do Estado, via empréstimos do BNDES e de composição acionária com participação de 47,2%, pertencente a J&F; 34,45%, da FIP Florestal, constituído de fundos de pensões, como Petros (dos funcionários da Petrobras) e Fundação dos Economistas Federais, a Funcef (dos funcionários da Caixa Econômica Federal); 16,39% da MJ participações S.A., controlada pela J&F Investimentos, e 1,96%, da FIP Olímpia, fundo de investimentos detido pela administração do empreendimento. (KUDLAVICZ, 2011; OLIVEIRA, 2017).

É certo que as empresas deste setor estão envolvidas nas mais diferentes maracutaias para se apropriarem de fundos públicos, via financiamentos do BNDES. Em 2017, a J&F, controladora da Eldorado Brasil, após os escândalos de corrupção envolvendo Joesley Batista, presidente da empresa, e o Presidente da República Michel Temer^{viii}, seus controladores anunciaram a venda da Eldorado Celulose e Papel por R\$ 15 bilhões (Quinze bilhões de reais) para o grupo Paper Excellence, de origem holandesa^{ix}.

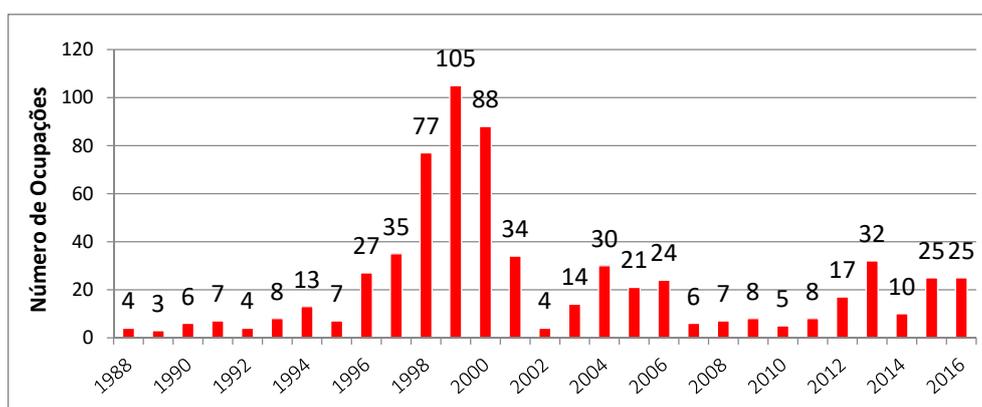
Arrefecimento na luta pela terra em Mato Grosso do Sul

A luta pela terra em Mato Grosso do Sul foi intensa, por meio de ocupações, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, mas apresentou relativo declínio a partir de 2002, como representado na figura 1. Associa-se a este fato a eleição dos governos do Partido dos Trabalhadores, o PT (Lula, de 2003 a 2006 e 2007 a 2010; Dilma, de 2011 a 2014 e 2015 a 12 de maio de 2016), sobretudo levando-se em

consideração a queda nas ocupações de terra, em comparação aos dois mandatos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB (FHC, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2000 a 2002).

Por outro lado, percebe-se, a partir de 2016, a tendência de aumento das ações de ocupações de terras no estado, levando-se em conta que não houve nenhum assentamento desde 2013 e a, partir de 2016, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), acentuaram-se os cortes nos programas destinados à agricultura familiar e houve paralisação das ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em decorrência dos atos do governo golpista de Temer. A situação retrocedeu, pois também houve paralisação nos estudos antropológicos para demarcações das terras indígenas e a suspensão das que estavam tramitando na morosa Justiça brasileira. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a situação de pobreza e violência foi agravada a partir de 2016, pois 30 crianças morreram nas aldeias e 18 indígenas foram assassinados em Mato Grosso do Sul^x.

Figura 1 – Mato Grosso do Sul: ocupações de terra – 1988 a 2016



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – 2017.

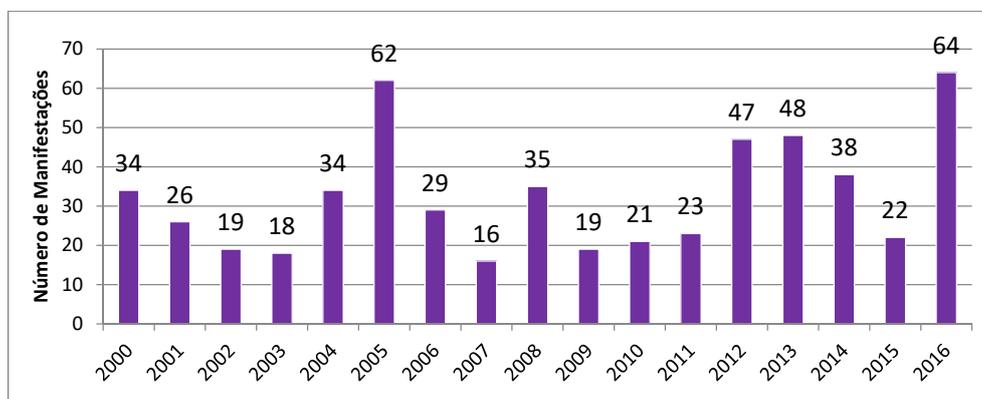
O arrefecimento da intensidade das lutas no campo explica-se em parte pela relação entre os movimentos socioterritoriais e os governos petistas. Por outro lado, no Governo FHC (PSDB), “[...] o acirramento ocorreu dos dois lados, pois as ocupações de terra aumentaram, justamente pelo fato de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tornar-se seu principal opositor, aumentando suas ações” e, por outro lado, o governo adotou medidas de violência e de criminalização dos movimentos socioterritoriais. (NARDOQUE, 2017, p. 254-55). O alinhamento entre o PT e o MST reduziu as ações dos movimentos, como as ocupações de terra nos dois mandatos do Governo Lula e do Governo Dilma (MELO; NARDOQUE, 2014). Também, o arrefecimento deu-se pelo aumento e do ganho real do salário mínimo, dos baixos índices de desemprego e dos programas sociais, como o Bolsa Família, desmobilizando-se a luta pela terra, além de outros, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). (NARDOQUE, 2017).

Por outro lado, as manifestações acentuaram-se nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em comparação aos governos de FHC (PSDB), como se observa na figura 2. A inversão em relação às ocupações promovidas pelos movimentos socioterritoriais em Mato Grosso do Sul, assenta-se no referido alinhamento entre o MST e o PT, promovendo mudanças nas estratégias da luta pela terra (MELO, 2015). Uma das formas de luta foi a reivindicatória, ou seja, de acesso às políticas públicas, como as linhas de crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz Para Todos, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Desta forma, mesmo com a quase paralisação da reforma agrária nos governos petistas, com o não cumprimento das metas estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária de assentar e regularizar 314.942 famílias, entre 2003 e 2005, o MST não partiu para o enfrentamento e para a cobrança da realização de, pelo menos, a meta estabelecida pelo governo. O movimento passou a adotar outras formas de luta, como as manifestações por mais crédito e a defender a luta contra o capital e o agronegócio.

Portanto, o MST adotou outra estratégia, na busca de fortalecimento da produção nos assentamentos por meio de associações e cooperativas e agroecologia, de acesso às políticas de crédito e de compra direta (PAA e PNAE) e contrapondo-se ao modelo hegemônico do agronegócio. Por outro lado, a partir de 2016, as manifestações acentuaram-se, sobretudo pelas medidas de cortes voltados para a agricultura familiar camponesa e outros desdobramentos políticos relacionados ao golpe de 2016, com o afastamento de Dilma Rousseff.

Figura 2 – Mato Grosso do Sul: manifestações – 2000 a 2016



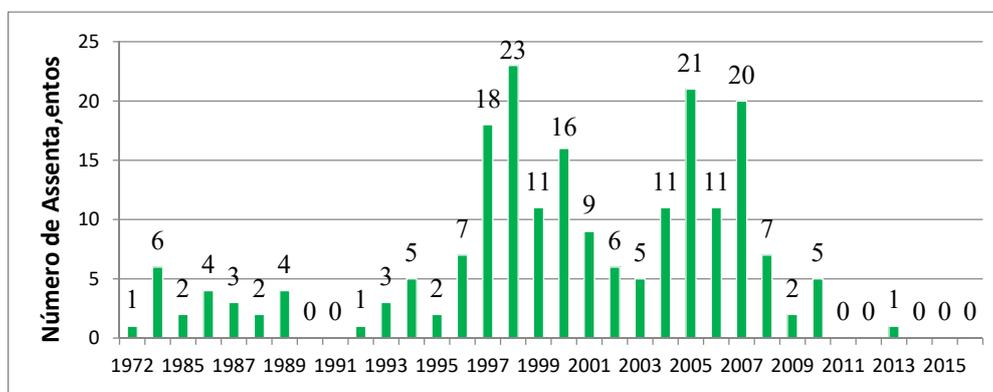
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra. Dataluta, 2017.

Mas o arrefecimento da luta pela terra explica-se, também, pela prática adotada nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) por meio da redução da desapropriação como forma de arrecadação de terras para reforma agrária, como possibilidade de punir o latifúndio improdutivo. Sendo assim, totalizaram-se apenas 21 desapropriações^{xi} nos governos do PT, contra 84 no Governo FHC (PSDB), em Mato Grosso do Sul. Por outro lado, para agradar capitalistas e

latifundiários, optou-se pela compra de 60 imóveis para fins de assentamento nos governos petistas, e três no Governo FHC. Esta atitude demonstrava claramente a intencionalidade de promover a “paz” no campo, fazendo “Reforma Agrária” sem conflitos. (NARDOQUE, 2017).

Segundo Oliveira (2007, p.178), não se fez e não se faz Reforma Agrária no Brasil porque “[...] não se quer desapropriar os grandes imóveis para não desestabilizar o agronegócio [...]”, claramente na lógica de “[...] um finge que faz a reforma agrária, o outro finge que acredita [...]”, sobretudo na crítica ao PT e aos movimentos socioterritoriais. O resultado foi a redução no número de assentamentos rurais no Governo Dilma Rousseff (2011 a 2014 e 2015 a maio de 2016), em Mato Grosso do Sul, como observa-se na figura 3. O cenário pós-2016 é ainda mais desolador, pois não há perspectivas de novos assentamentos.

Figura 3 – Mato Grosso do Sul: número de assentamentos rurais – 1972 a 2016



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – Dataluta, 2017.

A não reforma agrária em Mato Grosso do Sul contribuiu para a permanência da concentração da estrutura fundiária, como revelada no mapa 1. Por meio da técnica de representação da estrutura fundiária desenvolvida por Melo e Braz (2018), observa-se o predomínio de propriedades entre 1.000 e 50.000 hectares, ressaltando-se ainda, propriedades com áreas superiores a 50.000 hectares, sobretudo no Pantanal (Oeste).

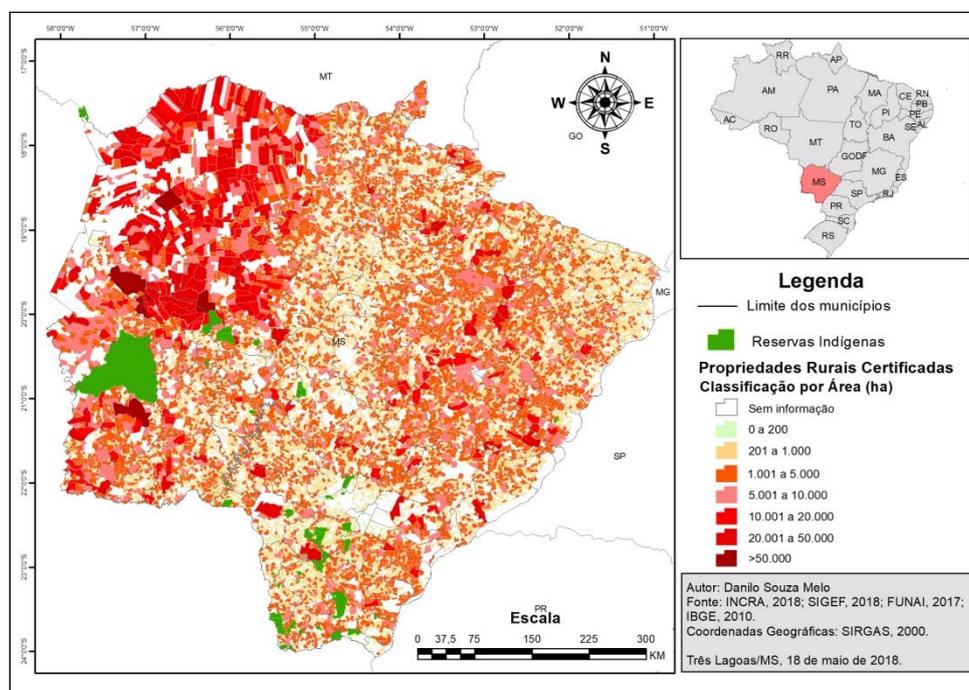
O Mapa 1, também, revela o contexto de cercamento das terras indígenas pela agricultura capitalista/agronegócio explicando o constante clima de tensão nestas áreas pelo eminente conflito fundiário no Centro-Sul do estado, onde localizam-se áreas de litígios entre indígenas e latifundiários.

Com o arrefecimento de outros movimentos socioterritoriais, o indígena assumiu o protagonismo da luta pela terra em Mato Grosso do Sul nos últimos anos, liderando as ocupações pela retomada de suas terras tradicionais (NARDOQUE e MELO, 2016; MELO, 2017).

É certo que, nos últimos anos, em Mato Grosso do Sul, a situação dos indígenas foi agravada pelas 68 terras sem providências, 10 por identificar, 6 identificadas, 8 declaradas e somente 4 homologadas^{xii}. Além da omissão e da morosidade da Justiça e da Fundação Nacional do Índio (Funai) no andamento dos processos de

demarcação de terras indígenas, há contestações judiciais, por meio de mandatos de segurança e concessões de liminares em primeira instância e no Supremo Tribunal Federal (STF), em favor dos latifundiários em terras identificadas e declaradas sem respeitar o devido processo e o direito de consulta prévia. Com o golpe de 2016, a situação se agravou em decorrência das medidas provenientes do Governo Temer, como o parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU)^{xiii}. Por este parecer, aprovado por Michel Temer, em julho de 2017, estabeleceu-se os procedimentos de demarcação de terras indígenas, ou seja, que o marco temporal para tanto seja a ocupação das terras por indígenas até o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Desta forma, desconsideram-se as ocupações indígenas tradicionais e a expulsão destas populações de suas terras ancestrais no decorrer com século XX, como o confinamento, impetrado pelo Estado brasileiro e pelas elites econômicas, no sentido da “limpeza da terra” para as titulações em seu favor.

Mapa 1: Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária 2017



Também é certo que houve retração na política de Reforma Agrária no Governo Dilma, a ponto de ser denominada de “contra reforma agrária” por Oliveira (2007), pois no seu primeiro mandato (2011 a 2014) e parte do segundo (2015 a maio de 2016), fez-se apenas um assentamento no estado, no município de Sidrolândia (MS), em 2013. De toda forma, o pós-golpe jogou a pá de cal, pois com Temer não se fez nenhum assentamento em Mato Grosso do Sul. A demarcação de terras indígenas seguiu o mesmo passo, não sendo mais realizada no Governo Dilma e muito menos no Temer.

Interrupção das políticas públicas de inclusão e participação social no pós-golpe de 2016

Houve relativo abandono da política de Reforma Agrária nos governos petistas, sobretudo no Governo Dilma. Por outro lado, a perspectiva de desenvolvimento territorial no Brasil intensificou-se nestes governos via instalação e consolidação dos Territórios Rurais e da Cidadania – como estratégia de desenvolvimento rural – envolvendo a mobilização e a reivindicação de diversos segmentos da sociedade, na organização de diferentes ações no sentido de enfrentar os desafios locais de efetivação dos mesmos, como desdobramento do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (*Pronat*), no início do Governo Lula.

Apesar das críticas, como as feitas por Montenegro Gómez (2006) e Clemente (2011), esta política de desenvolvimento territorial contribuiu de alguma forma para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, de modo particular, em Mato Grosso do Sul, sobretudo nos municípios onde movimentos sociais e organizações de agricultores familiares estavam mais articulados e pautaram as instâncias deliberativas, como os comitês de mulheres, de jovens, de comunidades e povos tradicionais, além dos colegiados de desenvolvimento territorial (CODETERs). No estado, foram criados, desde 2003, os territórios da cidadania da Reforma, da Grande Dourados, do Cone Sul e do Vale do Ivinhema, além do Território Rural do Bolsão, em 2013.

Via este modelo de gestão de políticas públicas, preconizava-se a maior participação da sociedade local em decidir quais os projetos de desenvolvimento deveriam ser apoiados com recursos públicos, em especial, os Projetos de Infraestrutura em Territórios Rurais (Proinfs). Neste sentido, foram aprovados, de 2003 a 2014, 278 projetos de Proinfs para o estado de Mato Grosso do Sul, totalizando R\$74.319.792,24 (Setenta e quatro milhões, trezentos e dezenove mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos) de recursos contratados em apoio à agricultura familiar camponesa.

Na essência, a distribuição de recursos consistia:

A estratégia de inclusão sócio produtiva da SDT/MDA pretende que os projetos apoiados pelo PROINF contribuam para promover a segurança alimentar e nutricional, geração de renda, superação da pobreza e das desigualdades sociais de gênero, etnia e geração, possibilitando as condições para a melhoria da qualidade de vida dos/as agricultores/as e suas famílias nos Territórios Rurais. (SDT/MDA, 2015, n.p.).

Esses projetos voltaram-se, preferencialmente, para a aquisição de maquinários e equipamentos para melhoria da produção, armazenamento e ampliação da inclusão produtiva da agricultura familiar camponesa nos diferentes espaços de comercialização (resfriadores de leite, tratores com implementos agrícolas, equipamento de agroindústria, capacitação dos agricultores familiares, máquina empacotadora para atender produtores de farinha de mandioca, câmara fria e

uma fábrica de gelo para piscicultores, equipamentos para mini usina de beneficiamento de leite, estrutura física para comercialização, veículos de apoio à comercialização, entre outros).

No Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto pelo governo golpista de Michel Temer, e na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) havia a preocupação para que os projetos apresentados se baseassem,

[...] preferencialmente, em conhecimentos e princípios da agroecologia, da sustentabilidade e da economia solidária, como também em estratégias integradas e múltiplas de desenvolvimento local que respondam ao desafio de ampliar a inclusão produtiva, conservando os recursos naturais existentes, respeitando a diversidade cultural e fortalecendo a agricultura familiar (SDT/MDA, 2015, n.p.).

No processo de desmonte das políticas públicas para agricultura familiar camponesa, pós-golpe de 2016, parte dos projetos de Proinfs aprovados em Mato Grosso do Sul não foram implementados por conta do corte orçamentário da União, como o Proinf-Mulher. No Território Rural do Bolsão, o Colegiado escolheu um projeto para beneficiar a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma, atendendo as camponesas do município de Três Lagoas, no valor de R\$ 100 mil (Cem mil reais) a R\$ 120 mil (Cento e vinte mil reais). A proposta de projeto foi cadastrada, mas os recursos não foram liberados, pois em maio de 2016 Dilma Rousseff foi afastada e a posse de Michel Temer fez cessar os recursos para tal programa.

Junto às políticas públicas de perspectiva territorial, o MDA e a SDT, por meio de chamadas públicas, criaram Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) para assessorarem os territórios rurais. Os Nedets auxiliaram no diagnóstico dos territórios rurais e na organização dos sujeitos locais para elaboração de projetos.

Em 2014 implantou-se o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS (Nedet/Bolsão)^{xiv} (NARDOQUE; ALMEIDA, 2015), objetivando articular os sujeitos sociais que compunham a base social deste território, formando, por exemplo, o Colegiado do Território e os comitês (das Mulheres, dos Jovens e das Comunidades e Povos Tradicionais), justamente para acessarem os editais lançados no Proinf. Além de ações voltadas para acesso a editais públicos e à geração de renda, outras ações foram assessoradas pela equipe do Nedet do Território do Bolsão, com destaque para o Comitê de Mulheres Camponesas. Este comitê realiza semestralmente, desde 2016, o Encontro das Mulheres Camponesas, como demonstrado na figura 4. Em outubro de 2018, será realizado o 6º encontro nos Projeto de Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas.

Deste fato, no Território Rural do Bolsão/MS, a organização de mulheres camponesas tem se destacado, pois, além dos encontros, houve a criação de uma

Associação de Mulheres do Assentamento Serra, no município de Paranaíba/MS, como desdobramento das reuniões e discussões sobre o Proinf e da realização dos encontros das mulheres camponesas (BORZONE, ALMEIDA, NARDOQUE (2017).

Figura 4: Paranaíba (MS): 1º Encontro das Mulheres Camponesas



Fonte: Nedet/Bolsão. Foto: Mieceslau Kudlavicz, mar. 2016.

É fato que nem todos os projetos executados cumpriram com a função para a qual foram criados, mormente pelos desvios de finalidade, por exemplo, outros usos de máquinas viabilizadas pelos recursos do Proinf, não destinando-se para a agricultura familiar camponesa, pois eram gerenciadas pelos municípios, destinando-as para outros fins. Outro fator relaciona-se ao controle político dos colegiados territoriais, pois o poder local, geralmente, determinado pela composição política das administrações municipais, formadas por proprietários fundiários ou seus representantes. A composição dos colegiados dava-se pela representação de membros do poder público e da sociedade civil, mas, comumente indicados pelos prefeitos e vereadores.

Sendo assim, a aplicação dos recursos públicos direcionados por interesses de determinados grupos, em parte, se explica pela reduzida participação dos maiores interessados, ou seja, os agricultores familiares camponeses, na discussão e aprovação dos projetos. Sendo assim, a sabedoria camponesa compreendida como as decisões eram tomadas, ou seja, aquelas aceitas pelos gestores públicos locais (políticos), que nunca tiveram interesse em mobilizar os sujeitos sociais, os supostos beneficiários dos projetos. De toda forma, a iniciativa de formação de instâncias de discussões de projetos e definições de aplicações de recursos públicos foi significativa do ponto de vista histórico, pois permitiu-se aos sujeitos da base do território a participação popular e a indicação de prioridades.

Assim como outras políticas, o trabalho realizado pelas equipes dos Nedets, na construção de um novo modelo de desenvolvimento territorial rural, apesar dos problemas aqui apontados, houve minimamente a participação mais democrática da sociedade civil e dos gestores públicos, contribuindo para dar visibilidade e transparência à parte dos recursos públicos disponibilizados. De toda forma, esta modalidade de política foi interrompida pelo Golpe Político-Jurídico-Midiático-

Ruralista de 2016, pois os recursos previstos nos editais do Proinf de 2015 foram contingenciados e os novos editais não foram contemplados para a política territorial. Ao final dos contratos dos projetos dos Nedets, via edital do CNPq, houve desmonte dos colegiados territoriais e dos comitês dos territórios, acompanhando a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, colocando fim à política de desenvolvimento territorial. Novos editais Proinfs foram lançados em 2017 e 2018^{xv}, mas sem a chancela dos colegiados dos territórios, não necessitando mais as atas das reuniões nas definições das prioridades para concretização dos contratos, como eram definidas anteriormente.

Outra política pública de fundamental importância de apoio à agricultura familiar camponesa é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, vinculado ao Programa Fome Zero, com destaque para a modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (CPR-Doação). Por esta modalidade, são adquiridos os produtos da agricultura familiar camponesa e doados para pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como nas creches e asilos. Este programa, além de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias camponesas, pela aquisição de sua produção e gerando renda, também contribui para a redução da pobreza nas cidades, oferecendo alimentos de qualidade. Ao mesmo tempo, sinaliza para a sociedade que o alimento não deve estar diretamente relacionado com a mercadoria e aponta na direção de que é um direito de todo ser humano o acesso à comida e dever do Estado de provê-la.

O programa é uma modalidade de mercado institucional que radicalizado, forçaria a sociedade a debater e se posicionar sobre uma temática fundamental para a erradicação da pobreza, ou seja, o acesso ao alimento como direito fundamental de todo cidadão e não uma mercadoria que pode ser acessada somente por aquelas pessoas que tem dinheiro para compra.

O PAA tem contribuído para a melhoria de renda das famílias assentadas, pois um dos gargalos difíceis de ser solucionado pelos camponeses é a comercialização da produção. A dificuldade em vender a produção tem, muitas vezes, desanimando famílias de permanecerem na terra, pois se submetem aos atravessadores ou às empresas que monopolizam o território. Com a possibilidade da comercialização de parte da produção, assegurada pelos programas governamentais, tem sido fator de resistência nos lotes da reforma agrária em Mato Grosso do Sul (SILVA, 2015) e, inclusive, para o retorno de muitos filhos para junto das famílias nos assentamentos.

Na tabela 2 verifica-se o volume de recursos disponibilizados para a compra de produtos da agricultura familiar na modalidade do PAA CPR-Doação em Mato Grosso do Sul, de 2013 a 2017. Nota-se a redução brutal dos recursos, sobretudo a partir da instalação do governo golpista de Temer. Os recursos do PAA, nesta modalidade, foram de mais de R\$ 8 milhões (Oito milhões de reais), em 2013, com reduções anuais, com corte acentuado em 2016 e redução abrupta em 2017, com as medidas restritivas do Governo Temer no orçamento aos recursos destinados à agricultura familiar camponesa. Sendo assim, o Governo Temer não extinguiu esta modalidade de compra institucional, mas a aniquilou por inanição. Em 2018, foram apresentados 40 projetos de associações de camponeses de Mato Grosso

do Sul, mas somente 5 projetos foram classificados e acessarão os recursos, totalizando R\$ 376.200,00 (Trezentos e setenta e seis mil e duzentos reais).

Tabela 2: Mato Grosso do Sul: Número e valor de CPR-Doação (2013-2018)

Ano	Quantidade de CPRs	Valor formalizado R\$
2013	47	8.593.264,40
2014	25	5.181.274,70
2015	26	5.892.994,12
2016	13	2.765.436,50
2017	13	987.529,00
2018	05	376.200,00

Fonte: CONAB.

Assim como o PAA, outro desmonte do Governo Temer ocorreu no Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (COOPERAF), que objetivava atender aos empreendimentos coletivos da agricultura familiar (cooperativas e associações) para acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Ainda em 2015 ocorreu o lançamento do Edital 01/2015 de adesão e classificação para acesso ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para Cooperativas e Associações da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, conhecido como ATER Mais Gestão, para ser desenvolvido entre 2016 e 2018. No Brasil classificaram-se, no referido edital, 825 cooperativas e/ou associações e em Mato Grosso do Sul foram 9 entidades contempladas. Em Três Lagoas (MS), a Cooperativa dos Pescadores de Jupiá, classificada, não foi atendida, muito menos as demais pelo Brasil, resultante dos cortes realizados a partir de 2016 pelo Governo Temer^{xvi}.

A retomada da luta pela terra em Mato Grosso do Sul?

A não realização da Reforma Agrária nos governos do PT e a paralisação nos processos de demarcação de terras indígenas no Governo Dilma contribuíram para o aumento dos acampamentos de sem-terra e de indígenas em Mato Grosso do Sul. Soma-se a tudo isso o Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista ocorrido em 2016 no Brasil, aumentando as taxas de desemprego e a retração do salário mínimo, além dos cortes no Orçamento Geral da União, sobretudo em saúde e educação, aumentando os níveis de pobreza, impelindo-se a retomada da luta pela terra no Brasil (FERNANDES *et. al.* (2017); CLÉPS JÚNIOR (2017) e SOBREIRO FILHO *et.al.* (2018)) e em Mato Grosso do Sul, de acordo com levantamentos realizados pelo DATALUTA/MS.

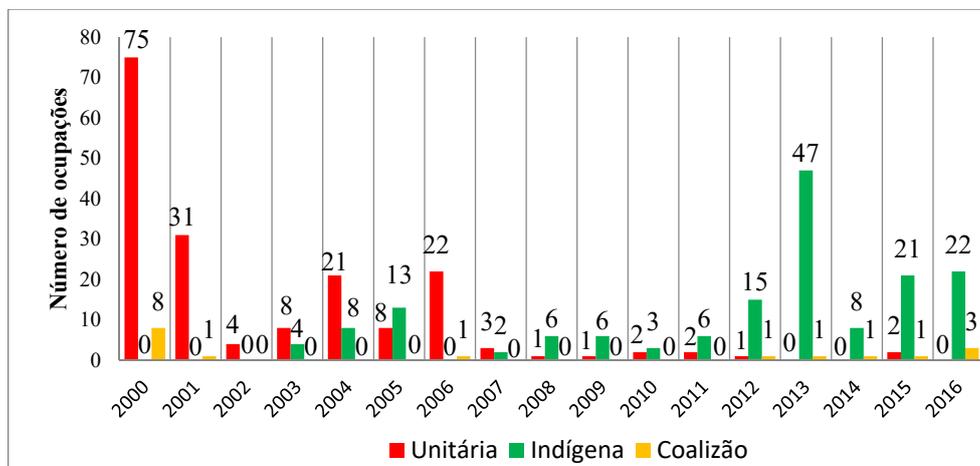
No estado, de acordo com informações da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFA/MS), há 6.638 famílias acampadas reivindicando Reforma Agrária, espacializadas em 58 acampamentos, em diversos municípios, mas, destacando-se 10 em Campo Grande, nos contornos rodoviários da cidade (Anel Viário e BR-262), pois são formados nos últimos dois anos por pessoas anteriormente

residentes nas periferias da capital, mas com trajetórias camponesas, outrora expulsas da terra.

Nos últimos anos, os movimentos socioterritoriais de luta pela terra não-indígenas, em Mato Grosso do Sul, diversificaram-se, com o surgimento de vários, mas com a formação de três frentes, como são denominados os grupos que unificam a luta pela terra: a **Coalizão**, englobando a Frente Nacional de Luta (FNL), o Movimento Sul-mato-grossense da Agricultura Familiar (MAF) e o Movimento Popular de Luta (MPL); **Unitária**, com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento de Luta por Reforma Agrária (MCLRA), do NOVO, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Organização de *Luta pela Terra* (OLT), da Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, da Federação da Agricultura Familiar (FETAGRI/MS), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB/MS); a **Independente** é formada por apenas um movimento, a FAF (Federação da Agricultura Familiar).

Contudo, os registros do DATALUTA/MS apontam para o protagonismo dos movimentos indígenas de luta pela terra, por meio das retomadas dos territórios tradicionais como se demonstra na figura 5. Observa-se que, a partir de 2003, a luta indígena e suas ações de retomada tornaram-se constantes, ao mesmo tempo houve redução das ações ligadas à frente unitária.

Figura 5: Mato Grosso do Sul: número de ocupações de terra– 2000 a 2016

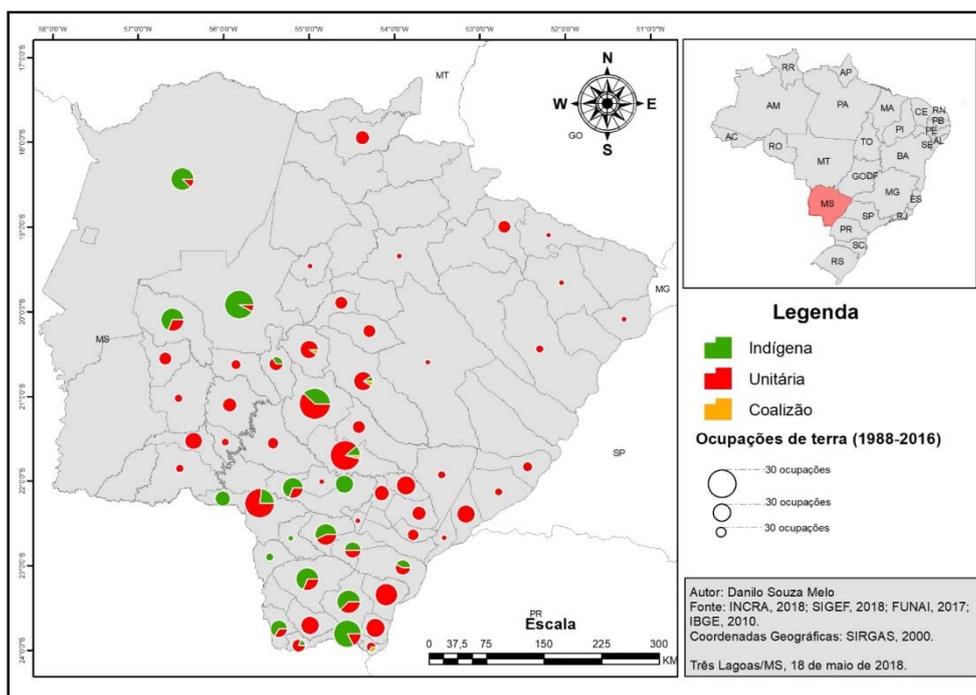


Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017.

Grande parte das ocupações realizadas em Mato Grosso do Sul concentra-se na região Centro-Sul do estado, como mostra o mapa 2. Além da concentração fundiária, apresentada na tabela 1 e no mapa 1, outros fatores explicam a agrupamento da luta pela terra nesta região, entre eles, o avanço da agricultura capitalista sobre terras historicamente ocupadas pelos povos tradicionais. Desta forma, grande parte das ocupações realizadas pelos movimentos indígenas localiza-se em áreas reivindicadas ou demarcadas como território indígena.

É certo que os movimentos socioterritoriais não indígenas foram “abrigados” nos programas sociais do Governo Federal, talvez, por isso, a redução de suas ações em ocupações de terra. Por outro lado, os movimentos indígenas, que lutam pela superação das condições de miséria a qual se encontram milhares de pessoas no Centro-Sul do estado, tem, no imediato, o anseio de efetivamente atenderem suas condições mínimas de reprodução social, passando, necessariamente, pela retomada de suas terras ancestrais, colocando-os em lado oposto ao dos latifundiários/capitalistas ligados ao agronegócio.

MAPA 2: Mato Grosso do Sul: ocupações por frentes de luta (1988 – 2016)



No contexto atual, pós-golpe, acompanhado de altos níveis de desemprego e redução de direitos, os acampamentos passaram a crescer por todo o estado. Em Campo Grande, capital do estado, no contorno rodoviário, denominado de Anel Viário, e na BR-262, os acampamentos proliferam, “[...] chegando a cada dia mais famílias”^{xvii}. Nestes acampamentos estão presentes os seguintes movimentos: Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, com 4 acampamentos nas proximidades da capital; Movimento Popular de Luta; Frente Nacional de Luta, com 3 acampamentos. Notou-se, no decorrer de trabalho de campo, que estes movimentos mobilizam famílias das periferias de Campo Grande, sobretudo marcadas por traços camponeses e por históricos de desemprego, de migração e de pobreza, acampadas em cerca de 700 barracos. É comum muitos deles estarem desocupados no decorrer do dia, pois muitas pessoas trabalham na cidade. Portanto, os acampamentos nas proximidades de Campo Grande são a estratégia de reprodução social destes sujeitos, mesmo que de forma precária, como registrada em uma das falas: “Pelo menos aqui não pagamos aluguel nem

água e luz”. A figura 6 demonstra, mesmo que parcialmente, os registros destes acampamentos.

Figura 6: Campo Grande (MS): acampamentos no Anel Viário e na BR-262



Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2017. Fotos: Miecslau Kudlavicz.

Outra grande concentração de acampados em Mato Grosso do Sul localiza-se no município de Dois Irmãos do Buriti, na BR-262 e no acesso rodoviário à cidade, formado por cerca de 600 famílias, segundo as lideranças do MST, do MCRLA, da CUT, do NOVO, da FETAGRI/MS, da OLT, da CBT/MS, das Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, organizadores dos acampamentos da Frente Unitária. A reivindicação é pela desapropriação da Fazenda Corrente, de 7 mil hectares plantados parcialmente com eucalipto e, segundo as lideranças, pertence ao Grupo MMX, de Eike Baptista. Uma das estratégias dos movimentos é a ocupação com membros de famílias já assentadas (no caso do MST) e no decorrer dos finais de semana pelos próprios acampados, pois a maioria das pessoas trabalha nas fazendas da região ou nas cidades. Nos dias da semana, os mais velhos e as mulheres permanecem nos acampamentos, cuidando dos barracos, de pequenas plantações e da criação de pequenos animais, estratégia usada pelos demais movimentos socioterritoriais. Um dos motivos desta estratégia foi pelo corte das cestas básicas, sendo assim “[...] Para se manter no acampamento tem que ter emprego” e, além disso, “[...] o governo fez uma divisão entre nós, os pequenos lutando contra os pequenos, num enfrentamento com nós mesmos”, afirmou a líder do MST sobre as dificuldades da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, pelo surgimento de vários movimentos socioterritoriais. E arrematou, afirmando sobre as dificuldades no decorrer dos governos do PT: “[...] Quando o governo é nosso é mais difícil bater. Abrem negociações”. Esta afirmação é contraditória, sobretudo

em relação ao Governo Dilma, pois fez-se apenas 1 assentamento em Mato Grosso do Sul no decorrer de seus anos de mandato. Na figura 7 há registros fotográficos deste grande acampamento às margens da BR-262.

Figura 7: Dois Irmãos do Buriti/MS: acampamentos



Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2017. Fotos: Mieceslau Kudlavicz.

No município de Terenos, às margens da BR-262, Km 367, há o acampamento Estrela 10, com 280 barracos, mas nem todos ocupados, também estratégia usada pelo Movimento da Agricultura Familiar Sul-Mato-Grossense (MAF), pois a maioria das pessoas trabalha nas cidades ou nas fazendas da região e somente retorna aos finais de semana. O MAF reivindica a desapropriação da Fazenda Onoda, de 1.136 hectares, próxima da Colônia Jamic, que pertenceu ao imigrante japonês Hiroo Onoda. A Colônia Jamic teve sua origem em 1957, resultante de imigração japonesa subvencionada pela Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA), pela compra de 36 mil hectares de terras no distrito de Várzea Alegre, município de Terenos, distribuídos entre à 35 famílias^{xviii}. Hiroo Onoda, herói japonês da Segunda Guerra, chegou ao Brasil em 1975, em decorrência de laços de parentesco na referida colônia, adquiriu a Fazenda Onoda, mas retornou ao Japão em 1984. Com sua morte, em 2014, no Japão, sua fazenda tornou-se alvo de disputas por sua desapropriação, envolvendo diversos movimentos socioterritoriais, inclusive sendo vistoriada e avaliada pelo INCRA em 2014 e 2015^{xix}, mas, sem, no entanto, ser desapropriada para fins de Reforma Agrária. Após várias ocupações pelo MST e FNL, somente o MAF possui o acampamento às margens da BR-262, nas proximidades da Fazenda Onoda, como pode ser observado na figura 8.

Figura 8: Terenos/MS: acampamento do MAF

Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2017. Fotos: Miecslau Kudlavicz.

Mesmo com o surgimento de novos acampamentos, sobretudo na BR-262, em Dois Irmãos do Buriti, no Anel Viário e na BR-262, em Campo Grande, há outros em Mato Grosso do Sul com mais de 10 anos, como é o caso do Acampamento Santa Olinda, no Distrito de Quebra Coco, em Sidrolândia, com mais de 300 barracos (Figura 9), muitos deles abandonados em vista da longa espera pela desapropriação das terras da Usina Sucoenergética Agrisul Agrícola, controladora da Fazenda Santa Olinda, pertencente ao Grupo J. Pessoa. Há 12 anos vários movimentos socioterritoriais (MST, FETRAGRI, MCLRA) atuam, ocupando a fazenda ou acampando às margens da rodovia, nas proximidades do distrito, reivindicando o assentamento de famílias na área derivada do processo falimentar da empresa, resultante de dívidas bancárias, previdenciárias e trabalhistas, sobretudo pela exploração de trabalho indígena no corte de cana^{xx}.

A longa espera pela desapropriação fez muitas famílias desistirem do acampamento, além da falta de perspectiva depois do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República.^{xxi}

Também é comum no Centro-Sul de Mato Grosso do Sul a presença dos acampamentos indígenas às margens das rodovias, como ocorre em Rio Brillhante, Caarapó e Dourados, como demonstrado na figura 10. Somente neste último município, há oito acampamentos indígenas: Apyka'i, Nu Porã, Pacuriky, Passo Piraju, Itahum, Boqueirão, Picadinha e Nhu Verá. Os acampamentos indígenas são a forma de luta para retomada de seus territórios tradicionais, como resistência física e cultural, como apontam Bastos (2014), Mota (2011) e Lutti (2009).

Figura 9: Sidrolândia/Quebra Coco/MS: acampamento Santa Olinda

Fonte: Trabalho de campo, 28 e 29 nov. 2018. Fotos: Mieceslau Kudlavicz.

Figura 10: Rodovia BR-463/Dourados (MS): acampamento indígena

Fotos: Lunae Parracho (Reporter Brasil) e Ana Mendes/Cimi.

A não realização da política de reforma agrária e não realização de demarcações de terras indígenas, somadas a outras políticas e programas para agricultura familiar camponesa, que estão sendo desmontados pós Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista, empurram muitos desempregados das cidades e do campo e os povos indígenas para debaixo dos barracos nos acampamentos às margens das rodovias em Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste trabalho evidencia a questão agrária em Mato Grosso do Sul e seu acirramento como parte dos desdobramentos pós-golpe de 2016. Durante os governos do PT houve recrudescimento da luta pela Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, como demonstrados pelos dados de ocupações de terra (Dataluta, 2017), principal forma de luta dos movimentos socioterritoriais ao longo de sua história, mesmo intensificando outras ações no período, como as manifestações. A mudança na estratégia de luta dos movimentos socioterritoriais, em especial o MST, explica-se pelo alinhamento entre o movimento e um partido

de base popular, o PT. Neste período, houve a criação e aumento de investimentos para políticas públicas e programas sociais voltados para a agricultura familiar camponesa, destacando-se o PAA, o PNAE e a nova perspectiva territorial aplicada nos territórios rurais (PRONAT). O programa dos territórios rurais em Mato Grosso do Sul permitiu, mesmo de forma precária, o início de organizações camponesas para pensar e deliberar demandas ao Estado. Todavia, os aumentos de investimentos em políticas públicas contrastaram com a não realização de Reforma Agrária ampla, como anseiam os movimentos socioterritoriais, contribuindo para o aumento do número de famílias em acampamentos.

Marcado pela aliança com o agronegócio, os governos do PT ampliaram os incentivos e créditos ao agronegócio promovendo sua expansão pelo campo brasileiro, com destaque para Mato Grosso do Sul. Neste estado, consolidou-se a estrutura fundiária concentrada, o absenteísmo, a expansão de monocultivos e a territorialização de agroindústrias. As contradições presentes nestes governos resultaram no recrudescimento da luta pela terra, mesmo promovendo a “contra reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007).

O Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista ocorrido em 2016 no Brasil, que alçou ao poder o golpista Michel Temer, até então Vice-Presidente, atingiu os trabalhadores do país, resultado das novas orientações políticas e econômicas em benefício dos grupos econômicos já privilegiados, formados pelos banqueiros, corporações do agronegócio e os ruralistas/latifundiários. Sendo assim, os cortes de recursos no orçamento para programas sociais e para a Reforma Agrária foram drásticos (SOBREIRO FILHO, *et. al.*, 2018), resultando em diminuição no Programa de Aquisição de Alimentos (redução de R\$2.765.436,50, em 2016, para R\$ 376.200,00, em 2018) e na paralisação total na Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, pois em 2016 e 2017 não se fez nenhuma desapropriação para fins de assentamentos rurais.

Engrossar a fileira dos acampados em Mato Grosso do Sul e retomar a luta pela terra, foi a saída encontrada por parte da população mais pobre do estado, como observado no levantamento do trabalho de campo realizado em novembro de 2017. A equipe do DATALUTA/MS viajou por vários municípios do estado e encontrou o aumento com novas famílias acampadas às margens das rodovias, sobretudo nos municípios de Campo Grande, Terenos, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. Sentiu-se muita desesperança nas falas dos acampados com o governo golpista, mas, ao mesmo tempo, a desesperança e o empobrecimento de famílias, manifestados nas palavras “Pelo menos aqui não pagamos aluguel nem água e luz”, movem a luta na busca pela autonomia, da autonomia camponesa na retomada pela Reforma Agrária.

Com isso, constata-se em Mato Grosso do Sul a retomada das ocupações de terra, antes paralisadas nos governos do PT, mas agora realizada por novos movimentos socioterritoriais de forma unitária ou independente. Grande parte das ocupações de terra localiza-se na Região Centro-Sul do MS, onde os dados do Dataluta apontam para o protagonismo dos movimentos indígenas de luta pela terra e retomada de seus territórios tradicionais. Por fim, compreende-se que o Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista acentuou a questão agrária em Mato Grosso

do Sul desdobrando-se em imensuráveis consequências à agricultura familiar camponesa e no acirramento da luta pela terra no estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Questão agrária, internacionalização e crise agroambiental. Campo-Território. Edição Especial do XXI ENGA 2012, jun.2014.

BASTOS, Tayaná Caroline Felizardo. As disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terras no município de Dourados-MS: os acampamentos indígenas como perspectivas de resistência e de luta pela terra. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD, Dourados, 2014.

BORZONE, Clariana Vilela; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; NARDOQUE, Sedeval. Mulheres camponesas em movimento: a experiência do Comitê de Mulheres no Território Rural do Bólsão/MS. Boletim DATALUTA, n. 111, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), mar. 2017.

CLEMENTE, Evandro C. O Programa de Microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2011.

CLÉPS JÚNIOR, João. Descaminhos da Reforma Agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise institucional no Brasil. Boletim DATALUTA, n.120, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), dez. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* A Questão Agrária na Segunda Fase Neoliberal no Brasil. Boletim DATALUTA, n. 109, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), jan. 2017.

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon (org.). FCT/Unesp. Relatório DATALUTA Brasil 2016, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), Dez. 2017.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

KUDLAVICZ, Mieceslau. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

MELO, Danilo S.; Geografia das manifestações e das ocupações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 a 2012). Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, 2015.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados - MS: (1990-2009). Dissertação (Mestrado em História) – Dourados, UFGD, 2009.

MELO, Danilo S.; [NARDOQUE, Sedeval](#). As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade. Boletim DATALUTA, n. 73, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), jan. 2014.

MELO, Danilo S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. Revista Nera, n.39, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2017.

MELO, Danilo S.; BRAZ, Adalto M. Questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária. Revista Nera, n.43, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2018.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

NARDOQUE, Sedeval. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: CAMACHO, Rodrigo Simão; COELHO, Fabiano. (Org.). O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas. Curitiba (PR): CRV, 2017.

_____. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Saverio; SILVA, Charlei Aparecido da; SANT'ANA NETO, João Lima; MELAZZO, Everaldo Santos. (Org.). A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016a.

_____. A questão agrária no Território do Bolsão/MS. In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2016, Aracajú. Ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2016b.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo S. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. Boletim DATALUTA, n. 97, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), jan. 2016.

NARDOQUE, Sedeval, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Território Rural do Bolsão (MS): Realidade e Perspectivas. Boletim DATALUTA. NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente, jan. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iãnde, 2017.

_____. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labor Edições, 2007.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieczslau. Acampamentos em Mato Grosso do Sul: retomada da luta pela terra? Boletim Dataluta – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, n.125, mai. 2018.

SDT/MDA. Manual Operacional do PROINF 2015. Brasília/DF, julho de 2015.

SILVA, Mariele de Oliveira. A (re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

SOBREIRO FILHO, José *et al.* O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. Boletim DATALUTA, n.122, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), fev. 2018.

Contato com o autor: Sedeval Nardoque <nardoque@hotmail.com>

Recebido em: 16/02/2018

Aprovado em: 22/07/2018

ⁱ Este texto foi originalmente publicado no Boletim Dataluta sob a referência: NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieczslau. Acampamentos em Mato Grosso do Sul: retomada da luta pela terra? Boletim Dataluta – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, n.125, mai. 2018. A versão publicada nesse Dossiê foi revista e ampliada.

ⁱⁱ O Nedet/Bolsão derivou do Projeto de Extensão/Pesquisa “Implantação e manutenção do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS” (CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014), desenvolvido entre dezembro de 2014 a março de 2017.

ⁱⁱⁱ O Projeto Dataluta/MS (Banco de Dados de Luta pela Terra em Mato Grosso do Sul) resulta de editais (PAEXT) internos, desde 2014, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ligados à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte. O referido projeto vincula-se à Rede Dataluta Brasil.

^{iv} Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

^v Disponível em: <<http://www.unica.com.br/unicadata>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

^{vi} Dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para o ano de 2014. Em outros municípios do Leste de Mato Grosso do Sul o absentéismo é bastante elevado, como Água Clara, onde somente 5,45% dos proprietários rurais residem no município. Em Inocência, somente 7,97% são residentes no município.

^{vii} Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/bndes-aprova-compra-da-fibria-pela-suzano/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

^{viii} Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/dono-da-jbs-gravou-temer-dando-autorizacao-para-comprar-silencio-de-cunha-diz-jornal.ghtml>>. Acesso em: 15 mar. 2018. Nos últimos anos, no Brasil, desnudaram-se os esquemas de financiamento de campanhas políticas via tráfico de influência de empresários no meio político, justamente levantando-se dinheiro em forma de caixa 2 por meio de superfaturamento de obras públicas e/ou acessando financiamentos públicos para investimentos privados.

^{ix} Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/paper-excellence-acquire-eldorado-da-jf.ghtml>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

^x Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/observatorio-da-violencia/relatorio-2016/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

^{xi} Para ver mais sobre o assunto, consultar Kudlavicz (2011).

^{xii} Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/24/direitos-dos-povos-originais-o-caso-mato-grosso-sul-no-cenario-de-retrocessos/>>. Acesso em: 15 mar.2018.

^{xiii} Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/1552758>>. Análise deste parecer foi noticiada pelo CIMI, disponível em: <<https://www.cimi.org.br/2018/03/mpf-pede-agu-anulacao-de-parecer-contrademarcao-de-terras-indigenas/>>. Acessos em: 15 mar. 2018.

^{xiv} A equipe do Nedet era formada por um coordenador, um assessor territorial de inclusão produtiva (ATIP), um assessor territorial de gestão social (ATGES), um assessor de gênero e outro de jovens. Além disso, havia um acadêmico bolsista de iniciação à extensão.

^{xv} Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/chamadas-publicas>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

^{xvi} Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/chamadas-publicas/edital-de-ades%C3%A3o-e-classifica%C3%A7%C3%A3o-para-acesso-ao-programa-ater-mais-gest%C3%A3o>>. Acesso em: 15 mar.2018.

^{xvii} Entrevista realizada com acampados no Anel Viário de Campo Grande, realizada no dia 28 nov. 2017.

^{xviii} Disponível em: <<http://www.primeiranoticia.ufms.br/cultura/colonia-jamic-comemora-maior-producao-de-ovos-do-centro-oeste-no-mes-d/33/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

^{xix} Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/processos-de-contas-anuais/2015/sr-16---mato-grosso-do-sul/relatorio_sr16.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

^{xx} Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/1008304/justica-condena-cbaa-e-agrisul-pagar-indenizacao-de-r-5-milhoes>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

^{xxi} Segundo entrevistados no acampamento, em 29 de novembro de 2017.